

BARROS, Paulo Sérgio. Confrontos invisíveis: Colonialismo e resistência indígena no Ceará. Fortaleza: Annablume, 2002. 100 pág.

Paulo Ênio de Sousa Melo¹

Recebido em: 11.06.2018

Aceito em: 26.06.2018

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1306266>

40

O livro em questão é fruto da eficiência de pesquisas realizadas durante o processo de formação do autor ao longo do curso de história. O assunto abordado nesse livro é uma maturação de pesquisas realizadas desde a graduação, tendo seus frutos mais relevantes com às investigações teóricas metodológicas voltadas ao mestrado. Às investigações contidas nos estudos pautados nesta produção abordam a colonização do Ceará e a resistência indígena dentro desse contexto histórico. Logo, o autor objetivando contribuir com suas pesquisas sobre a participação indígena na formação do Estado do Ceará e, apontar as variadas formas de participação dos povos nativos na região, apresenta as especificidades do tema com às investigações abordadas por meio da história social elegendo os agentes sociais supracitados e suas variadas formas de participação.

A tese que resultou no livro foi apresentada em 1997 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Posteriormente, o trabalho foi editorado pela Annablume em São Paulo, sendo publicado na Bienal do livro de Fortaleza em 2002. O resultado das questões primárias está presente no livro abrangendo um recorte cronológico que vai dos idos do século XVII à primeira metade do século XVIII, período que teve mais ênfase das investidas processuais para a colonização da capitania do Ceará.

Nessa pesquisa, são apontadas as principais formas de resistência indígena dentro do vasto território que compreendia a capitania. Para isso, foram analisados dados e fontes variadas, mostrando o processo de colonização ibérica ensejando uma releitura da historiografia sobre a história do Ceará, compreendendo os povos indígenas como protagonistas nos processos de relação com o colonizador.

O autor trabalha seus argumentos em contramão as fontes produzidas no processo de colonização no século XVI. As fontes analisadas foram os registros, diários de navegantes, arquivos e núcleos especializados que compreende o século XVII ao XVIII. A exemplo, Arquivo Histórico Ultramarino (AUH), cartas de sesmarias ce-

¹Acadêmico do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado do Ceará em Hidrolândia na E.E.M Priscila Maciel de França. E-mail: pnsousa_100@hotmail.com

didadas à colonos, como também por as dadas aos povos indígenas da Serra Grande. Muitas das doações eram resultantes da boa relação com os colonos que avançavam nos sertões em 1701. Nesse sentido, uma análise que apresenta as relações estabelecidas entre colonos e povos autóctones, pejorativamente nomeados de “tapúia”, o bárbaro dos sertões, inimigos dos portugueses que dificultavam o processo de expansão, segundo o homem branco daquele tempo.

O estudo proposto por Paulo Sérgio Barros, compreende em desnaturalizar os documentos oficiais referentes aos períodos de colonização, mostrando a participação dos nativos nos assuntos de formação do Ceará. Mesmo os colonos agindo segundo seus interesses, pois, eles estavam a serviços de “*El Rey*” com desejos diversos almejando um reconhecimento do monarca português pelos trabalhos realizados em nome da coroa portuguesa. Nessa perspectiva, estas informações postuladas na obra, inovam em despolitizar os termos cunhados pejorativamente quando se referi aos povos nativos. Por conta disso, atualmente existem diversas pesquisas que têm mostrado outras formas de se referir aos povos nativos por meio de reelaborações culturais, relações étnicas e contatos interéticos pelas interpretações interdisciplinares, uma relação entre História e Antropologia.

Desta maneira, o livro “*Confrontos Invisíveis: Colonialismo e resistência indígena no Ceará*” enseja novos olhares referentes aos indígenas na historiografia respaldando novas críticas que tiveram efervescência a partir da década de 1990, da segunda metade do século XX compreendendo os povos indígenas como protagonistas da História. Além disso, repensar a história do Ceará sobre viés da história social.

As novas pesquisas estão logrando novas interpretações das relações que os povos indígenas estabeleceram com os colonos nos processos de colonização da América e, sobretudo, reconhecendo-os como formadores do Estado moderno brasileiro. Estas novas posturas estão quebrando velhos paradigmas historiográficos que ditava um lugar muito específico aos povos indígenas, o passado.

Tendo como ponto de partida estas discussões sobre a história do Ceará, as análises referentes aos povos indígenas tomando como base as pesquisas de Paulo Sérgio, é possível identificar as apropriações culturais, resistência e protagonismo em relação aos processos de encontro de povos distintos iniciado no século XVI. Antes estas interpretações não eram reconhecidas, pois, segundo discursos do passado da historiografia do século XIX, eram mediados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838 a serviço de D. Pedro II, que moldava uma ideia de nação brasileira, aquela que somente visualizava as elites como agentes políticos.

O livro encontra-se dividido em três partes: “Conquista e ocidentalização”, “Colonialismo, resistência e conflitos coloniais” e “Confrontos invisíveis”. Na primeira parte, o autor explica o processo de encontro das culturas diferentes no “novo mundo” nos idos do século XV, perfazendo uma introdução ao assunto de resistência indígena nos primeiros momentos de relação do homem branco com os nativos. A tese principal do capítulo introdutório é compreender as formas que os colonos utilizaram para manter uma relação com os nativos, para posteriormente explorá-los em seus objetivos alguns com sucessos, outros não, devido existir resistência dos povos nativos que também tinham interesse pelas relações que eram estabelecidas.

O autor defende uma nova interpretação sobre as relações estabelecidas e um novo discurso historiográfico com ênfase regional. Os povos indígenas representados nos diários de cronistas, foram aqueles indígenas imaginados sobre o ponto de vista europeu, eram análises simplista, com a filosofia da falta. Eles não conheciam, segundo os cronistas, nem L, R e F; “Não tinham Lei, nem Fé e muito menos Rei”. Logo, Paulo Sérgio, apresenta novas noções culturais para a análise de culturas diferenciadas desmitificando à falta e mostrando o excesso.

O século XVI é marcado pela supremacia do homem branco do ponto de vista da ideologia defendida pelo homem branco daquele século. Em relação aos “novos povos”, autóctones, estavam ligados diretamente ao sucesso ou fracasso do projeto político de colonização que visava expandir as dependências do Rei de Portugal.

Para tanto, Paulo Sérgio Barros tece uma apresentação dos primeiros momentos de relação dos primeiros portugueses descrito nos diários de navegantes como os de Pero Vaz de Caminha, além de pontuar, entre outras relações descritas em outras capitanias, a exemplo as de Pernambuco, Amazonas e Grão Pará, informando ao leitor que houve resistência em todo o domínio português nas destemidas relações do colonizador com os nativos.

Em todo o processo de “colonização” a relação dos colonos descrita pelo autor se configura em mão dupla, por um lado estavam os “tupis”, o nativo que realizou relações amigáveis com o colono e, por outro, existem os temidos “tapuias” que habitavam na mata adentro dos sertões. O autor explica os erros relativos a estas denominações genéricas das relações e nomações que os portugueses realizavam durante o século XVII. Pautada na utilização daqueles topônimos simplistas que não considerava a etnia ao qual o povo pertencia, sendo nomeados segundo os troncos linguísticos, tupi que compreendia a maior parte dos indígenas do litoral, enquanto aqueles que habitaram nos sertões não falavam “tupi” e eram nomeados pelos “tupis” de “tapuia” por não pronunciarem o nome do troco linguístico com a mesma intensidade.

Portanto, os portugueses logo perceberam as distinções entre os grupos e que era difícil de estabelecer relações amigáveis. Vale lembrar que os “tupis” agiam segundo seus desejos e preceitos buscando a todo momento benefícios, mesmos que quase impossíveis no mundo hierárquico português. Contudo, o homem branco não conhecia os caminhos que existiam nos sertões, e como eles estavam buscando também riquezas como ouro e prata, muitas vezes cediam benefícios aos nativos para levá-los aos locais de “minas”.

O segundo capítulo explica as formas encontradas pelos portugueses para iniciar a “colonização” do “Siará Grande”. O Ceará até século XVI era desconhecido, somente após a implantação de uma nova forma econômica e geradora de lucros, o incentivo à pecuária no sertão, que se dará somente na segunda metade do século XVII, quando é dado início à “colonização” efetiva. O autor busca compreender os motivos que levaram a se investir na capitania do Ceará para que as relações com os povos denominados de tapuias se estreitassem.

Por fim, o terceiro capítulo “*Confrontos invisíveis*”, destaca as formas de resistências utilizadas pelos povos nativos em várias regiões dos Sertões do Ceará, desde a Serra Grande à capital, conhecida hoje como Fortaleza. As pontuações do autor

vigoram desde as formas quase invisíveis da política desenvolvida pelos nativos no processo de formação do Ceará até as mais concisas.

Paulo Sérgio Barros, traz à luz a participação dos povos indígenas na formação do Estado do Ceará no início e durante a efetivação da colonização no século XVII. As resistências indígenas apontadas pelo autor se desenvolveram de forma incorporada segundo os desejos dos povos nativos. Enquanto os missionários batizavam os povos de etnias diversas para inclusão ao catolicismo, os nativos resistiam e praticavam as suas expressões culturais entre a comunidade, como manter relação com mais de uma mulher da tribo adoração dos seus encantados e reconhecimento de determinados lugares como sagrados, a exemplo, os rios e florestas e espíritos.

Portanto, às resistências dos povos nativos na história do estado do Ceará não se resumiam somente à prática cotidiana de negação da nova prática religiosa. Mas, sobretudo, se apresentavam de maneiras variadas de reivindicações que iam desde à movimentos de reivindicações das sesmarias para a prática e a manutenção de suas culturas à negação das relações amigáveis.